

Como parar de alimentar um sistema autofágico? (Re)produção de valor(es) em organizações económicas prefigurativas

Luís Filipe Franco Olival

A alimentação é um dos setores da economia que melhor exprime as contradições entre o sistema socioeconómico hegemónico e o conhecimento ecológico contemporâneo. Em oposição à agricultura industrial, temos testemunhado o surgimento de várias iniciativas que abraçam a agroecologia como princípio basilar. Adotando como casos de estudo a cooperativa Rizoma e a AMAP Maravilha, este artigo constitui uma exploração das implicações, potencialidades e limitações de colocar princípios ecológicos no centro da atividade económica num contexto de hegemonia capitalista. Como argumento central, defende-se que a democratização económica é imprescindível para desenvolver circuitos alimentares realmente sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: circuitos agroecológicos, modos de valorização, democratização económica, economia ecológica.

How to starve an autophagic system? – (Re)production of value(s) in prefigurative economic organizations ♦ Food is one of the sectors of the economy that best expresses the contradictions between the hegemonic socioeconomic system and contemporary ecological knowledge. In opposition to industrial agriculture, we have witnessed the emergence of several initiatives that embrace agroecology as a fundamental principle. Drawing from two case studies - Rizoma cooperative and Maravilha CSA – this article explores the implications, potentialities, and limitations of placing ecological principles at the center of economic activity in a context of capitalist hegemony. The central argument is that economic democratization is essential for developing truly sustainable food systems.

KEYWORDS: agroecological circuits, modes of valuation, economic democratization, ecological economics.

OLIVAL, Luís Filipe Franco (filipeolival@disroot.org) – CRIA – Universidade de Coimbra, Portugal. ORCID: 0000-0001-6716-5991. CRedit: concetualização, investigação, recursos, redação do rascunho original.

INTRODUÇÃO

A alimentação está no cerne de qualquer sistema socioeconómico. Se, por um lado, todos os seres dependem do consumo regular de alimentos para sobreviver, por outro, tal consumo representa uma fonte de prazer que adquire expressão criativa nas mais variadas tradições e inovações gastronómicas. A recorrente necessidade de obter alimentos, combinada com a intenção de consumir produtos alimentares específicos, torna a alimentação alvo de uma indústria bastante lucrativa – tanto mais lucrativa quanto mais conseguir produzir no menor tempo-espço possível, poupar em mão-de-obra, em terreno e em impostos, permitindo-lhe praticar preços que ultrapassem substancialmente os custos de produção. Estes fatores, inerentes ao sistema capitalista hegemónico, fomentam a adoção de estratégias que visam diminuir tais custos. Isso implica, por um lado, recorrer a mão-de-obra mais barata e à progressiva automatização dos processos agrícolas; por outro, a redução dos cultivos a uma única espécie vegetal (monocultura agrícola) e a aplicação regular de fitofármacos e de adubos sintéticos, que, embora fomentem a produtividade imediata, comprometem a fertilidade dos solos a longo prazo (Garcia 2020). Além de tender a esgotar os solos e a poluir os cursos de água e a atmosfera, a “simplificação ecológica” provocada por esta agricultura industrial (ou “intensiva”) gera o contexto ideal para o desenvolvimento de agentes patogénicos (Tsing 2017: 59). Em suma, destas pressões sistémicas para maximizar o lucro emerge um regime agrícola com efeitos devastadores tanto para os ecossistemas como para os seres humanos que os habitam.

Os promotores da monocultura agrícola apresentam-na como imprescindível para alimentar uma população mundial em crescimento exponencial. Contudo, sendo essa a principal razão para o investimento crescente em tal regime agrícola, esperar-se-ia um aumento de produtividade proporcional à diminuição da fome no mundo. Pelo contrário, a proporção de pessoas afetadas pela subnutrição tem vindo a aumentar – de 572 milhões em 2017 para 735 milhões em 2023 (Concern Worldwide & Welthungerhilfe 2023) –, enquanto cerca de 19% dos alimentos produzidos ao nível global são alvo de desperdício (UNEP 2024). Isto indica que o problema da fome no mundo não se deve a uma insuficiente produtividade agrícola, mas à sistémica desigualdade na distribuição de alimentos. O facto de uma parte da população desperdiçar comida enquanto outra morre à fome é reflexo das contradições inerentes ao sistema socioeconómico hegemónico e da crescente centralização da produção agrícola num número cada vez mais reduzido de organizações com fins lucrativos (Thu 2009), que tendem a basear a sua produção onde consigam reduzir custos em mão-de-obra, rendas e obrigações fiscais (Moore 2015: 75), e a destinar a distribuição para países com maior poder de compra.

Este artigo visa, portanto, abordar três problemas-chave perpetuados pelo sistema de produção e distribuição alimentar dominante – a desigualdade de

acesso a bens, a exploração laboral e a destruição ambiental – a partir dos circuitos alimentares de duas organizações prefigurativas (Mateus e Olival 2024a): a Rizoma, uma cooperativa que propõe um modelo alternativo de comércio e consumo, e a Associação para a Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP) Maravilha, que constitui uma rede de produção e consumo agroecológicos sem intermediários, ambas situadas na região da Grande Lisboa. O adjetivo “prefigurativo” alude a organizações que incorporam, no âmbito da sua prática política, as formas de relações sociais, tomada de decisões e experiência humana que constituem o objetivo final (Boggs 1977: 4). Schiller-Merkens identifica três características que definem as organizações prefigurativas: “(1) a rejeição de formas dominantes de organização consideradas prejudiciais aos princípios morais alternativos, (2) a criação de formas de organização com as quais os princípios alternativos previstos são instanciados no presente, e (3) o esforço para instigar e/ou contribuir para uma transformação social da economia” (2022: 461). O objetivo será ponderar em que medida a democratização das organizações económicas¹ facilita a mitigação de tais problemas sistémicos, quando fundada num modo de valorização que subjuga a produção de valor mercantil à manutenção dos valores morais legitimados pelos próprios membros.

Por “modo de valorização” refiro-me ao conjunto específico, historicamente constituído, de processos (não necessariamente mercantis) mediante os quais se atribui importância e se classifica ações ou produtos, refletindo um determinado “modo de produção” (Wolf 1982: 75; *cf.* Marx 1976 [1867]). Alterações num modo de valorização transparecem alterações no respetivo modo de produção, e vice-versa. Para Wolf, “modo de produção” refere-se ao modo como o trabalho social (com todo o seu conjunto de relações, forças e valores) é mobilizado para transformar a natureza. O modo de valorização, por sua vez, corresponderia aos mecanismos através dos quais se atribui importância social a tais ações e seus produtos. O modo de produção capitalista ter-se-á tornado dominante através da articulação com (e a subjugação de) outros modos de produção e, por extensão, outros modos de valorização.² Embora

1 Ao longo do texto recorrerei ao conceito de “democratização das organizações económicas” para me referir ao processo de transformação de entidades económicas coletivas (empresas, bancos, instituições privadas de solidariedade social, etc.) de um modo de funcionamento em que o poder deliberativo é reservado a uma minoria – geralmente, os acionistas – para um modo de organização em que todos os membros – independentemente do seu capital – têm, por princípio, o mesmo poder de decisão sobre assuntos que os afetam e, em última instância, sobre a respetiva entidade coletiva como um todo. Por sua vez, recorro ao termo “democratização económica” para me referir a um processo de transformação social baseado neste mesmo princípio, mas num sentido mais abrangente, não circunscrito aos limites organizacionais; pelo contrário, estendendo-se ao sistema socioeconómico como um todo, incluindo relações sociais dentro e fora das entidades económicas, relações económicas entre nações e acordos internacionais.

2 Ciente deste facto, Anna Tsing afirma que as cadeias de abastecimento consistem na tradução de sistemas de valores plurais para sistemas de valores capitalistas (Tsing 2015: 62-63).

nas sociedades ocidentais o modo de produção predominante seja o capitalista, refletindo um modo de valorização mercantil, este coexiste com processos de valorização que combinam noções de justiça, respeito, confiança, reciprocidade, etc. (Graeber 2013: 224). Ao longo deste ensaio irei argumentar que as organizações prefigurativas sobre as quais incidiu esta investigação adotam um modo de valorização que emerge da constante negociação entre processos de valorização mercantil e os valores morais que alicerçam o seu propósito como experiências sociais.

As evidências aqui apresentadas derivam de longos períodos de trabalho de campo etnográfico em ambas as organizações, consubstanciados por exercícios de observação participante. O meu envolvimento na cooperativa Rizoma inicia-se em outubro de 2021 e estende-se até ao presente, incluindo a participação regular em assembleias e outros momentos de deliberação, a adesão a diferentes grupos de trabalho e a realização de tarefas de gestão organizacional, o consumo e o desempenho de turnos na mercearia, o usufruto do espaço de *cowork* (escritório partilhado) e a participação em diferentes eventos internos. A minha participação como coprodutor da AMAP Maravilha tem início em julho de 2021 e estende-se até outubro de 2022, materializada no compromisso de pagar uma quota mensal, apoiar na distribuição semanal dos alimentos, ajudar mensalmente nas tarefas agrícolas, participar nas assembleias e contribuir para a gestão organizativa. O trabalho de campo foi sendo complementado por entrevistas semiestruturadas a vários membros destas duas organizações, com base nas situações observadas e na sua competência para esclarecer dúvidas que emergiam no terreno.

Este artigo parte de um diagnóstico sobre os problemas fundamentais do sistema alimentar hegemónico, como parte integrante de um sistema económico capitalista, fundamentado numa análise das lógicas autotélicas e autofágicas que lhe são intrínsecas. Partindo de uma análise das fricções entre “valor” e “valores” – o primeiro geralmente associado ao mercado e os segundos ao domínio da moral –, observadas no campo, o artigo procura compreender as atividades económicas destas organizações além dos fluxos financeiros e tendo em conta a pluralidade de processos de valorização que as caracterizam. Procurando superar as tendências puramente quantitativas de análise económica, examinaremos como diversas práticas económicas emergem de relações dinâmicas entre a intenção de reproduzir valores morais e a necessidade estrutural de produzir valor de mercado. Após explorar como esses valores se desdobram em princípios democráticos, tais como a descentralização de poder e a não subordinação laboral, tecerei algumas reflexões sobre as potencialidades e as limitações da democratização económica para o desenvolvimento de circuitos alimentares (e de uma sociedade) realmente ecológicos.

UM SISTEMA AUTOFÁGICO

Na introdução ao livro *A Sociedade Autofágica* (2019 [2017]), Anselm Jappe evoca o mito grego de Erisícton, o rei da Tessália que, tendo desobedecido às ordens de Deméter contra o abate de uma majestosa árvore à sombra da qual dançavam as ninfas da floresta, foi amaldiçoado com uma fome tão insaciável que o levou a devorar-se a si mesmo. Para Jappe este mito antecipa a lógica do valor, da mercadoria e do dinheiro, característica do sistema capitalista, e as desastrosas consequências ambientais por ele desencadeadas. Nas suas palavras: “Como a fome de Erisícton, [o capital] destrói ‘alimentos’ concretos que, para alimentar o seu fogo, encontra pelo caminho, e fá-lo [...] numa escala cada vez maior. E sempre em vão. A sua particularidade não é a avidez enquanto tal [...] é uma avidez que *a priori* jamais pode obter o que a satisfaça” (2019 [2017]: 10-11). Mais perto de nós, em pleno auge da expansão marítima portuguesa, encontramos um perfeito exemplo dessa voracidade suicida do sistema capitalista, ainda que numa fase prematura. Para Jason W. Moore (2010), a ilha da Madeira terá funcionado, durante os séculos XV e XVI, como o laboratório do modelo de plantação que caracteriza o capitalismo moderno, combinando imperialismo estatal, investimento privado, mão-de-obra escrava e monocultura agrícola. A pulsão autofágica inerente ao sistema capitalista estaria premente na velocidade com que a floresta nativa fora consumida para alimentar as caldeiras dos engenhos de açúcar, ao ponto de, em menos de um século, esta atividade se tornar (ecológica e economicamente) insustentável. Como ilustra este exemplo histórico, a lógica autotélica pela qual se rege o sistema hegemónico – desse crescimento tautológico perpétuo, cujo imperativo é produzir para acumular riqueza e não para satisfazer necessidades concretas – está na génese do desastre ecológico do qual a humanidade se aproxima a passos largos (Patel e Moore 2019). Esta racionalidade³ ecocida é encarnada por organizações económicas profundamente hierarquizadas – as sociedades comerciais – que competem entre si para dominar o mercado em que levam a cabo a sua atividade. Tal como acontece na indústria alimentar, a natureza competitiva do mercado coage-as a diminuir continuamente os custos de produção, a recorrer a matérias-primas mais baratas, a reduzir ao máximo os custos laborais (Pirgmaier 2021: 8). No entanto, a assimetria na distribuição de rendimentos dentro das empresas só é possível devido a uma profunda assimetria

3 Alusão à “racionalidade económica”, que corresponderia ao *modus operandi* característico do *homo oeconomicus*, um modelo de ser humano popularizado por economistas neoclássicos. Esse avatar altamente narcisista do ser humano, que age exclusivamente por interesse próprio, refletindo, em grande medida, o sujeito capitalista (Jappe 2019 [2017]), tende a tornar-se agente de destruição ambiental, perseguindo a maximização do lucro à custa da exploração desenfreada dos ecossistemas e dos seres humanos que os habitam.

de poder entre os seus membros: o poder de decisão é reservado aos patrões; os empregados têm pouca, ou nenhuma, influência sobre as escolhas que afetam o seu trabalho. Além disso, os trabalhadores são frequentemente incentivados a competir entre si, o que fomenta antagonismos entre pessoas em semelhantes condições de explorações, ao invés dos expectáveis laços de solidariedade.

Não obstante, as relações de cooperação continuam a subsistir até no cerne de empresas capitalistas – o que David Graeber apelidou “comunismo de base” (2011: 98). Por essa razão, rejeitamos a afirmação de que “todos os aspetos da vida estão submetidos, direta ou indiretamente, às exigências da economia [capitalista] e devem conformar-se às leis do dinheiro e do trabalho que o produz” (Jappe 2019 [2017]: 26). Apesar de admitir que, em certa medida, todas as esferas de sociabilidade são profundamente influenciadas pelo sistema capitalista, afirmar que a vida social é exclusivamente regida pelo valor mercantil seria não apenas redutor como também acabaria por legitimar o modelo do *homo oeconomicus*, essa perspectiva narcisista da “natureza humana” promovida pela ideologia neoliberal. Por outro lado, contribuiria para obscurecer todas as práticas socioeconómicas em que o valor mercantil adquire pouca relevância.

Como afirmou Bev Skeggs, “podemos estar desencantados, alienados, anónimos e sujeitos aos imperativos do neoliberalismo, do populismo de mercado e do realismo capitalista, mas estas não são as únicas relações sociais que nos moldam” (2014: 16). E, embora considere essencial desenvolver críticas sustentadas à forma como a nossa sociedade se organiza, também assumimos como nossa responsabilidade, enquanto académicos, procurar solos férteis onde se possam cultivar as bases de um sistema social alternativo, em que os seres humanos e os ecossistemas deixem de ser utilizados como meios para acumular mais riqueza, em que, pelo contrário, a riqueza seja utilizada como meio para gerar melhores seres humanos e ecossistemas mais sãos.

A próxima secção emerge precisamente dessa busca, fundamentando-se na análise de processos de valorização não mercantil – coexistentes com a produção de valor de mercado – identificados nos meus casos de estudo.

VALORES ALÉM DO MERCADO

As organizações económicas sem fins lucrativos que tenho vindo a estudar sofrem de uma constante pressão para produzir valor mercantil – sobretudo com o aumento da inflação e das taxas de juro –, o que gera fricções face à prossecução de valores morais que se opõe à mercantilização das relações sociais, tais como o cuidado. Esta tensão entre a necessidade de capturar uma quantidade crescente de valor, imposta pelo sistema socioeconómico dominante, e a intenção de reproduzir valores não (ou anti) mercantis exprime-se recorrentemente em momentos de tomada de decisão, quando os valores basilares da respetiva organização são evocados para justificar uma proposta ou a sua rejeição.

O valor tem adquirido um papel importante ao longo da história das ciências sociais – incluindo a economia, a sociologia e a antropologia. No entanto, enquanto o valor de mercado foi profundamente analisado com o intuito de compreender o funcionamento da economia, no contexto europeu⁴ o estudo dos valores tem sido geralmente delegado para a disciplina de filosofia, para os campos da ética e da moral. No entanto, em *Toward an Anthropological Theory of Value* (2001), David Graeber explora como alguns trabalhos antropológicos procuraram lidar com ambas expressões de valorização e propõe-se elaborar uma síntese.

É evidente que uma teoria do valor que vise a análise exclusiva de relações mercantis não é adequada para compreender sociedades marcadas pela ausência, ou escassa representação, do mercado. Para resolver essa limitação Graeber procurou desenvolver umas ferramentas teóricas que permitissem abranger a análise de práticas económicas não mercantis. Se as práticas mercantis são regidas sobretudo pelo valor de troca (Marx 1976 [1867]), as práticas não mercantis baseiam-se numa pluralidade de valores morais, estéticos, políticos, etc. Graeber explica que enquanto o valor de troca é quantificável e permite estabelecer equivalência entre bens completamente distintos, os valores, no plural, têm uma natureza qualitativa e são incomensuráveis (Graeber 2001: 224, 2013: 224). Como vimos, o facto de, numa sociedade subordinada ao sistema capitalista, todas as organizações económicas serem coagidas a submeter-se à produção de valor mercantil pode resultar em contradições com outros valores que regem a sua atividade, fazendo emergir não apenas conflitos internos, mas também a degeneração do seu propósito enquanto coletividade. Com o intuito de analisar mais profundamente as fricções provocadas pela coexistência de diferentes regimes de valor e os desafios que estas representam, proponho que direcionemos o nosso foco para casos de estudo concretos.

Rizoma: uma cooperativa tendencialmente ecológica

A Rizoma Cooperativa Integral é uma cooperativa multisetorial, constituída legalmente em novembro de 2020, sediada na freguesia de Arroios, em Lisboa. O conceito de “cooperativa integral” nasce na Catalunha, em 2010, em pleno rescaldo da Grande Recessão (Ortiz 2017), referindo-se a uma organização capaz de garantir a satisfação das “necessidades básicas (tais como alimentação, habitação, saúde e educação) dos seus membros, através da construção de “relações económicas autogeridas entre os participantes”, contribuindo, assim, para o “processo de independência progressiva do mercado e do Estado” (Colectivo Crisis 2009). A ideia de cooperativa integral tem eco em Portugal em 2015, com a criação da Cooperativa Integral Minga, em Montemor-o-Novo

4 Ao contrário do que acontecia na antropologia cultural norte-americana, em que a cultura tendia a ser concebida como um sistema de valores (Graeber 2001: 4-5).

(Mateus e Olival 2024a, 2024b). À semelhança das suas congéneres, a Rizoma é formada, em 2021, com o objetivo de constituir uma estrutura legal capaz de abarcar todos os ramos de atividade económica dos seus membros, desde consumo a serviços, habitação, cultura, agricultura e comercialização.

De acordo com o seu regulamento interno geral, a Rizoma visa “criar um novo modelo de ação coletiva para satisfazer as suas necessidades básicas de forma acessível, ecológica e socialmente justa”.⁵ No mesmo documento são evocados os valores e princípios de “cooperação”, “gestão democrática”, “copropriedade”; “compromisso”, “agroecologia e sustentabilidade ambiental”, “abertura e tolerância”, “equidade, razoabilidade, proporcionalidade e transparência”, “gestão eficiente e económica dos recursos disponíveis”, “não discriminação”. Ao longo desta secção veremos como alguns destes valores se manifestam na prática e exploraremos algumas das contradições que os envolvem.

O primeiro projeto da Rizoma, alocado à secção de consumidores, foi uma mercearia-bar autogerida. Atualmente, este constitui o projeto mais consolidado da cooperativa, ocupando o rés-do-chão do edifício de três pisos em que a cooperativa se encontra sediada. Esse constituirá também o *locus* desta análise.

Ao entrarmos na mercearia da Rizoma, encontramos (pelo menos) duas funcionárias-consumidoras a desempenhar o seu turno mensal em regime de voluntariado.⁶ Uma está na caixa, a registar os produtos comprados por outro cooperador; outra está junto a uma prateleira, dispondo produtos e atualizando preços. A Rizoma contém tantos produtos como qualquer outra mercearia, ainda que maioritariamente certificados como “produção biológica” e “comércio justo”. Independentemente disso, estes produtos apresentam as características similares às mercadorias analisadas por Karl Marx (1976 [1867]): conjugam valor de uso – capacidade de satisfazer necessidades humanas – e valor de troca – proporção de equivalência com outros produtos, expressa em termos monetários. Contudo, ao contrário do que sucede noutras superfícies comerciais, o preço de custo e a margem comercial encontram-se discriminados nas etiquetas. Assim, os consumidores-trabalhadores sabem que percentagem do preço reverte para a cooperativa. Na Rizoma, a transparência é um valor não mercantil refletido não apenas nas etiquetas das mercadorias, mas também no balanço financeiro, que todos os cooperadores podem consultar. Estas práticas de transparência permitem mitigar o grau de alienação (Jappe 2013 [2003]: 51-53; Marx 1976 [1867]: 153-223) e o fetichismo (Jappe 2013 [2003]: 32-35; Marx 1976 [1867]: 165-187) que os consumidores desenvolvem em relação às mercadorias. Porém, o *ethos* de transparência da cooperativa é limitado

5 Cf. regulamento: < <https://cloud.disroot.org/s/rAbqXxe7rqJoNnt> > (última consulta em outubro de 2025).

6 Um dos requisitos para ser membro da secção de consumidores da Rizoma é comprometer-se a desempenhar um turno de três horas a cada quatro semanas.

pela opacidade dos processos de produção e de distribuição mercantil. Se, em certa medida, é possível assegurar que os métodos de produção e as condições laborais de agricultores locais se alinham com os valores da cooperativa, o mesmo não sucede com mercadorias de origens longínquas, sobretudo quando isentas de certificação.⁷ Cientes da impossibilidade de garantir total transparência ao longo das cadeias de abastecimento, o grupo de trabalho de produtos⁸ esforça-se para encontrar produtores mais próximos da mercearia – o que, por um lado, facilita o desenvolvimento de laços de confiança e, por outro, permite reduzir os custos ambientais do transporte – e que, ainda assim, adotem princípios agroecológicos e pratiquem preços acessíveis à maioria dos consumidores. Este é um equilíbrio particularmente difícil de alcançar visto que o modo de valorização hegemónico gera uma contradição fundamental entre sustentabilidade ambiental e acessibilidade económica: os produtos da agroindústria são substancialmente mais baratos do que os de produção ecológica, visto que esse modelo externaliza grande parte dos custos ambientais e de reprodução social. Essa condição sistemicamente perpetuada não só incita a maioria dos consumidores a apoiarem, de forma indireta, métodos produtivos que contribuem para agravar a crise ambiental, como as desigualdades socioeconómicas acabam por se refletir em tais padrões de consumo. A composição da Rizoma reflete a tendência para atrair pessoas com um rendimento económico acima da média: um inquérito interno com uma amostra de 210 membros revelou que cerca de metade recebia mais de 1500€ por mês, cerca de 25% obtinha mais de 2000€ por mês e apenas 15% ganhava menos de 1000€ por mês.

Não obstante, observa-se uma recorrente preocupação por parte dos membros da Rizoma em refletir sobre tais contradições. O facto de os seus valores morais contrabalançarem a pressão sistémica para produzir valor de mercado motiva a ponderação de medidas que pareceriam absurdas do ponto de vista do racionalismo económico, mas que adquirem sentido quando o foco é colocado nas relações humanas e ambientais. Ponderou-se, por exemplo, remover a margem comercial de produtos “essenciais”, ou adaptar os preços ao poder de compra dos consumidores. No entanto, o foco na “sustentabilidade financeira” tem empurrado estes debates para segundo plano e, com eles, a capacidade de atrair pessoas de classes sociais mais baixas.

AMAP Maravilha: uma rede de consumo agroecológico

O termo “associação para a manutenção da agricultura de proximidade” (AMAP)⁹ refere-se a uma organização informal que une um grupo de consumidores

7 Embora os próprios processos de certificação tendam a ser pouco transparentes e a favorecer os grandes produtores, capazes de arcar com os custos de certificação.

8 A estrutura interna da Rizoma é constituída por diversos grupos de trabalho, que se encarregam de aspetos específicos da organização (produtos, finanças, governança, comunicação, etc.).

9 Também chamada Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA).

a um ou mais núcleos de produção agroecológica.¹⁰ A AMAP Maravilha (Guerra 2023; cf. Mateus e Olival 2024b) nasce em novembro de 2019, a partir da Quinta Maravilha, o seu núcleo de produção, localizado em Algeruz, uma zona rural do município de Palmela. Os agricultores Paula e Henrique contam que quando compraram o respetivo terreno de 1,4 hectares, em 2017, a paisagem era algo desoladora – além de estar rodeado de monoculturas de vinha, o solo demonstrava pouca fertilidade e escassez de vegetação. Nos anos que se seguiram, o grande foco seria a “regeneração do solo”. Entretanto, o terreno foi-se enchendo de áreas de policultura agrícola, árvores de fruto, charcas, animais, casas, novos residentes e atividades culturais.

A intenção inicial seria produzir alimentos de origem biológica que seriam escoados através dos canais de distribuição convencionais. No entanto, perante os altos custos e carga administrativa da certificação “bio” e as limitações impostas pelo sistema, os recém-tornados agricultores sentiram-se motivados a procurar alternativas. O Henrique contou-me, por exemplo, que ficara indignado ao aperceber-se de que não poderia vender uma variedade de couve que a sua família mirandesa cultivava há várias gerações por não se tratar de sementes certificadas ou reconhecidas pela entidade reguladora. Foi no seguimento do contacto com as AMAP que surgiram no distrito do Porto e com a Rede Regenerar,¹¹ responsável por divulgar o modelo em Portugal e articular as diversas iniciativas, que decidiram adotar outro modelo de distribuição.

O coletivo agrícola da Quinta Maravilha é hoje formado por quatro pessoas que trabalham nas hortas e outras três pessoas que residem na Quinta (Guerra 2023). Em 2022, esta associação informal chegou a garantir o abastecimento semanal de hortícolas – a “partilha” – a 28 membros/famílias. Na AMAP Maravilha os consumidores são chamados “coprodutores”, de modo a realçar o seu compromisso em ajudar no cultivo – durante as “ajudadas” mensais – e na distribuição semanal de alimentos, que tem lugar em Setúbal, em Almada e em Lisboa, assim como na gestão da própria associação. Além disso, os coprodutores comprometem-se a pagar uma quota mensal, destinada a cobrir os custos de produção e a garantir um “salário justo” aos agricultores. O valor da quota é decidido entre ambas as partes, por consenso, em assembleias deliberativas. Contudo, esse valor pode estar sujeito a futuras reformulações, que podem ser motivadas por variáveis internas – como a saída de membros – ou por variáveis externas – como a inflação –, o que torna evidente a influência indireta da economia de mercado, apesar de se procurar constituir um modelo económico paralelo.

10 Equivale à francófona Association pour le maintien d’une agriculture paysanne e à anglófona Community-Supported Agriculture.

11 Disponível em: < <https://amap.movingcause.org/rede-regenerar/> > (última consulta em outubro de 2025).

Além da agroecologia, que leva à adoção de práticas como a compostagem, a consociação de culturas, a cobertura do solo, o uso de fertilizantes e pesticidas naturais, a AMAP Maravilha assume dois outros princípios-base: “proximidade” e “alimentação como bem comum”. As relações de proximidade entre produtores e consumidores fomentadas na AMAP apresentam um grande contraste face às relações de consumo de um cliente de hipermercado, onde a origem dos alimentos é quase completamente ocultada, incluindo o modo de produção, as condições de transporte e distribuição, as relações laborais envolvidas e a distribuição de receitas. À semelhança do que sucede na Rizoma, na AMAP Maravilha a proximidade demonstra-se intimamente relacionada com o princípio da transparência e, por extensão, com o valor da confiança. Porém, neste caso verifica-se uma proximidade visceral com os produtores, com o local de produção, com o solo e com as plantas que geram os seus alimentos. A alienação e o fetichismo são mitigados mediante o envolvimento nas atividades agrícolas através das quais os seus alimentos são produzidos. Por um lado, revela o esforço e a dedicação investidos nos processos produtivos, invisibilizado na forma de produto final – a mercadoria. Por outro, torna desnecessárias as certificações “bio”. Além disso, o envolvimento afetivo com os agricultores faz com que a valorização desta relação socioeconómica transcenda a mera compra e venda de alimentos, aproximando-se mais de uma relação de cuidado mútuo – não só entre seres humanos, mas também em relação ao ecossistema de que ambos dependem.

Como podemos deduzir, na AMAP Maravilha a noção de “justiça” está intimamente relacionada com a participação. De facto, numa das assembleias decidiu-se estabelecer um mínimo de horas de participação mensal como parte do acordo de coprodução. Este “compromisso de participação” afigura-se, portanto, como uma forma de valorização complementar à quota mensal. Isso não significa, porém, que o tempo seja convertido em meio de troca, pois não se impõe uma relação de proporcionalidade entre o valor da quota e o tempo de participação mensal, que aliás ninguém monitoriza. No entanto, a participação consubstancia o facto de os membros da AMAP não serem meros clientes, ou seja, consumidores passivos. Como tal, supõe-se que as tarefas organizativas sejam distribuídas por todos os membros da associação. Por exemplo, não é considerado “justo” que o agricultor tenha de se encarregar da distribuição, de preparar e dinamizar as assembleias, ou sequer tratar da contabilidade; pelo contrário, é justo partilhar tanto os frutos como o suor e os riscos do trabalho agrícola. Exemplo dessa ética de apoio mútuo é o facto de os coprodutores se organizarem para permitirem que os produtores desfrutem de um período de férias, garantindo o funcionamento da associação na sua ausência.

O terceiro princípio da AMAP Maravilha, “alimentação como bem comum”, surge em direta oposição à mercantilização de alimentos. Esta declaração subentende várias contradições próprias de uma experiência prefigurativa que

emerge num contexto capitalista, como o facto de os consumidores terem de pagar uma quota para aceder aos alimentos, ou de esse “bem comum” ser o meio através do qual os produtores arrecadam dinheiro para poderem adquirir bens de outra natureza. Não obstante, o acordo de benefício mútuo estabelecido entre produtores e consumidores permite o controlo comunitário da produção e distribuição de uma parte substancial dos alimentos consumidos, independentemente do mercado capitalista.

Uma contradição que não está diretamente relacionada com a coerção sistémica é o regime de propriedade em que o terreno agrícola se encontra. Ao contrário da Rizoma, que é detida por todos os membros da cooperativa, a Quinta Maravilha é propriedade privada de um casal de agricultores. Se é verdade que as fronteiras entre privado e comunitário frequentemente se esbatem durante as “ajudadas”, os coprodutores suspeitam que o regime de propriedade possa contribuir para o défice de participação diagnosticado em várias assembleias. Por essa razão, ponderaram “coletivizar” parte do terreno agrícola, na esperança de fomentar a participação, o que implicaria cedê-lo a uma eventual cooperativa detida pelos próprios associados. No entanto, essa ideia nunca foi concretizada. Em outubro de 2022, os produtores decidem suspender a atividade da AMAP Maravilha por estarem assoberbados e sentirem necessidade de repensar o modelo.¹²

PROPRIEDADE COLETIVA, NÃO SUBORDINAÇÃO LABORAL E DISTRIBUIÇÃO DE PODER

A relação entre regimes de propriedade, graus de participação e relações laborais é tão ou mais complexa na cooperativa Rizoma quanto na AMAP Maravilha. No regulamento geral interno da cooperativa, a respeito do valor de “copropriedade”, declara-se que “a cooperativa não é uma empresa privada comercial” e que “os excedentes e riscos são partilhados pela comunidade dos membros”. A Rizoma é detida coletivamente pelos seus membros, que beneficiam de igual poder de decisão independentemente da sua participação financeira.¹³ Além disso, o regulamento interno da Rizoma declara que “qualquer

12 A AMAP Maravilha retomou atividade em junho de 2023, recuperando alguns dos anteriores membros e arrecadando progressivamente novos coprodutores.

13 Por “participação financeira” refiro-me à quantia de capital social detida por cada membro. Todos os membros são obrigados a comprar um mínimo de capital social aquando da sua entrada na cooperativa, que varia consoante as secções a que aderem e que poderá ser utilizado coletivamente para desenvolver a organização. Por exemplo, na secção de consumo o capital mínimo é de 15€, enquanto na secção de habitação é de 100€. No entanto, os membros podem decidir comprar capital social acima desse valor, que poderão recuperar ao desvincularem-se da cooperativa. No entanto, ao contrário do que sucede noutros modelos empresariais, o poder de tomada de decisão é independente do capital investido.

pessoa que se identifique com estes valores pode tornar-se membro, o que pressupõe uma participação nos títulos sociais no valor mínimo legal correspondente à respetiva secção de adesão”. Contudo, a participação financeira não é suficiente para garantir o funcionamento da cooperativa. Não é por acaso que a Aliança Cooperativa Internacional¹⁴ sublinha, no seu primeiro princípio, que as cooperativas “são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas... dispostas a aceitar as responsabilidades como membros”. Mais uma vez, identificamos uma forte ligação entre justiça e participação.

O funcionamento da mercearia da Rizoma é garantido, quase exclusivamente, pelo serviço voluntário dos membros da secção de consumidores. Ao inscrever-se nesta secção, cada membro compromete-se a desempenhar mensalmente um turno de três horas na cooperativa, podendo optar pela posição de mercearia, caixa, bar ou cozinha. Por princípio, o consumo na mercearia é limitado a membros. Ecoando a correspondência entre justiça e participação, algumas das pessoas entrevistadas explicaram que esta medida visa evitar relações de clientela, fomentar um sentimento de comunidade e estimular a empatia entre quem serve e quem está a ser servido; por outro lado, o compromisso dos turnos permitiria poupar em salários de funcionários que a cooperativa não tinha capacidade de comportar.

No entanto, com o crescimento e complexificação da Rizoma, considerou-se necessário integrar funcionários assalariados. Atualmente, a cooperativa emprega duas pessoas a tempo parcial, que também beneficiam do estatuto de cooperadoras e, como tal, têm o mesmo direito de decisão que qualquer outro membro. A correspondência entre justiça e participação adquire ainda mais significância quando respeitante à possibilidade de os funcionários forjarem as suas próprias condições laborais, numa sociedade em que a maioria das pessoas, apesar de coagidas a vender o seu trabalho para satisfazerem as suas necessidades, são impedidas de participar nas decisões que as implicam como trabalhadoras. A possibilidade de decidir sobre as próprias condições laborais, ainda que condicionadas por pressões externas, é um grande passo em direção à democratização da economia, que abordaremos na próxima secção.

A natureza multisectorial da cooperativa Rizoma permite ainda que os membros vendam iguarias elaboradas por si, sob a figura de “prosumidores” – consumidores que também produzem. Os preços são definidos pelos próprios produtores, que têm a possibilidade de utilizar ingredientes da Rizoma a preço de custo, revertendo para a cooperativa 20% do valor das vendas. Contudo, ainda que estas práticas comerciais permitam que os membros arrecadem algum dinheiro, nunca atingem um montante equivalente a um salário. Esse facto aponta para outra contradição: a maior parte das receitas e do capital

14 Disponível em: <<https://ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity/>> (última consulta em outubro de 2025).

social da cooperativa provém de contextos que beneficiam, direta ou indiretamente, de atividades capitalistas. O espaço de *cowork*, no piso superior da sede da Rizoma, reflete de forma evidente esse fenómeno. A maioria das pessoas que o utilizam prestam serviços para empresas com fins lucrativos. A Mafalda e a Audrey,¹⁵ por exemplo, são tradutoras em regime *freelance*; alguns dos seus principais clientes são as gigantes tecnológicas Google e Amazon, assim como a maior empresa internacional de *streaming*, Netflix. O dinheiro que gastam na mercearia e no bar da Rizoma, e mesmo a quota mensal que pagam por aquele espaço de trabalho autogerido, advêm dos serviços prestados a tais empresas.

Poder-se-ia argumentar, seguindo Massimo De Angelis (2017), que tais iniciativas “resgatam” dinheiro de esferas privadas, convertendo-o num bem comum. O edifício da Rizoma, por exemplo, apesar de ter sido comprado no mercado imobiliário, foi tornado propriedade coletiva dos seus membros, que o gerem de forma democrática. Na Quinta Maravilha, por seu lado, os alimentos são considerados “bem comum”, não porque qualquer pessoa pode desfrutar deles a sua bel-prazer, mas por serem geridos pela própria comunidade – as regras de produção, distribuição e consumo são estabelecidas mediante processos democráticos de tomada de decisão. Isto é possível devido a dois fatores: (1) os produtores são os detentores dos meios de produção e são codetentores dos meios de distribuição e de valorização;¹⁶ (2) os consumidores estão dispostos a participar na gestão da organização. Embora este desempenho de tarefas organizativas possa ser entendido como “trabalho” não remunerado, não se verificam relações de subordinação;¹⁷ pelo contrário, praticar voluntariado é por vezes considerado um privilégio de quem tem tempo “livre”. Em última instância, os voluntários comprometem-se com tais projetos por se identificarem com o seu sistema de valores e por acreditarem na sua importância para a sociedade, apesar de esse valor não ser monetizado.

Distribuir equitativamente o poder de decisão por todas as partes interessadas – produtores e consumidores – gera relações socioeconómicas qualitativamente distintas daquelas observadas em empresas privadas (sociedades comerciais). O facto de não haver patrões a quem os trabalhadores se têm de submeter, nem acionistas que arrecadam o lucro gerado, resulta numa atividade económica menos centrada na produção de valor de mercado e mais focada na concretização de valores que alicerçam a comunidade, como a sustentabilidade ambiental.

15 Nomes fictícios.

16 No sentido de a valorização da produção agrícola ser ponderada coletivamente, entre consumidores e produtores, em assembleias, não estando apenas sujeitas à lei do mercado (ver Homs e Narotzky 2021).

17 Por essa razão hesito em utilizar a palavra “trabalho”, derivada de *tripalium*, um instrumento de tortura romano, para me referir a tais atividades (Grupo Krisis 2017 [1999]).

DEMOCRATIZAÇÃO ECONÓMICA POR UM SISTEMA ALIMENTAR SUSTENTÁVEL

A distribuição de poder deliberativo a todos os membros de uma dada organização é por vezes chamada “democracia económica”. É comum usar-se a metáfora “horizontal” para evocar uma estrutura organizacional em que todos os membros tenham, por princípio, o mesmo poder de decisão – em oposição a “vertical”, que corresponde a estruturas hierárquicas. Ao contrário de uma sociedade comercial, em que apenas os acionistas têm direito de voto, em organizações democráticas, como as cooperativas, todos os membros – produtores e consumidores – têm direito de voto nas assembleias (“um membro, um voto”).

Apesar de o estatuto de cooperador conferir igual poder deliberativo a todos os membros, na Rizoma considerou-se essa condição insuficiente para evitar a concentração de poder num número restrito de pessoas, até porque o Código Cooperativo obriga à eleição de presidentes e vogais dos seus órgãos sociais – assembleia geral, conselho de administração e conselho fiscal – para mandatos de quatro anos. De modo a contornar a estrutura hierárquica imposta por esta legislação e minimizar o poder representativo que tais órgãos possam vir a assumir, a Rizoma desenvolveu uma organização interna paralela.

A sua estrutura interna desdobra-se em vários grupos de trabalho, que se encarregam de distintos aspetos da organização (finanças, governança, comunicação, etc.) e se articulam entre si em reuniões mensais (o “Círculo de Coordenação”). Os cargos de coordenador (responsável por participar no Círculo de Coordenação) e representante (responsável por representar o grupo nas assembleias) dentro de cada grupo são rotativos, sendo eleitos por consenso, e não conferem, por princípio, maior poder de decisão a quem os detiver. Estendendo as instâncias de democracia direta a todos os membros, cada proposta desenvolvida por um grupo de trabalho deve ser submetida a sessões de discussão abertas a toda a cooperativa, só então podendo ser apresentada em sede de assembleia, onde será deliberada por consenso – o que significa que todos os membros têm direito de veto. No caso de uma proposta ser rejeitada, as oposições devem ser devidamente justificadas para que as suas proponentes possam desenvolver uma proposta alternativa em conformidade. Ainda assim, visto que os órgãos sociais continuavam a ter primazia legal sobre a cooperativa, em 2024 o grupo de trabalho de Governança decidiu lançar uma campanha de renovação dos órgãos sociais, que permitiu a alteração dos presidentes e vogais mediante sorteio, para garantir que a estrutura legal refletisse os princípios de horizontalidade e de democracia direta, fomentando a rotatividade de cargos e a descentralização de poder.

Embora a estrutura interna da AMAP Maravilha não esteja tão formalizada como a da Rizoma, grande parte das decisões que dizem respeito à associação são tomadas por consenso em assembleias abertas a todos os membros.

Isto permite que tanto os interesses dos produtores como dos consumidores sejam tidos em conta e que se alcancem acordos mutuamente vantajosos. Esta democratização das organizações económicas permite, por um lado, que os produtores estabeleçam as suas próprias condições laborais e, por outro, que os consumidores se certifiquem de que estão a beneficiar de uma relação económica justa, que os preços de venda não são excessivamente superiores ao custo de produção ou que os meios de produção se alinham com os seus valores morais.

Esta conjugação de perspetivas e interesses – entre consumidores e produtores – parece ser essencial para o desenvolvimento de atividades económicas realmente ecológicas, quando consubstanciadas por um sistema de valores que inclua o cuidado socioambiental e a transparência em relação aos meios de produção e distribuição. Por princípio, a participação ativa dos consumidores nestas organizações económicas tende a prevenir que os produtores passem a adotar práticas não ecológicas, sob o risco de perderem a sua fonte de receita – até porque os consumidores se terão associado à respetiva organização precisamente por se identificarem com um sistema de valores que inclui a sustentabilidade ambiental.

Não obstante, a pressão sistémica para aumentar a capacidade de capturar valor de mercado, sobretudo em contextos mercantis marcados pela competição, impõe limites à adoção de práticas ecológicas. Eventualmente, as organizações podem ser obrigadas a optar entre sacrificar os seus valores ou entrar em falência. As organizações que promovem a sustentabilidade ambiental são particularmente vulneráveis a este dilema, porque, como vimos, as práticas ecológicas tendem a pressupor maiores custos de produção (Moore 2015: 62-63) e, perante uma concorrência disposta a recorrer a qualquer estratégia para diminuir despesas e praticar preços mais baixos, tenderão a sofrer uma diminuição de vendas à medida que as respetivas economias entram em ciclos de recessão e as consumidoras se veem pressionadas a reduzir despesas. Isto significa que, em última instância, para se alcançar um sistema económico realmente sustentável (Brightman e Lewis 2017), a democratização económica terá de ser acompanhada não só da democratização das instituições económicas internacionais, como do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio (Hickle 2017: 230), mas também do desenvolvimento de um sistema socioeconómico baseado noutro modo de valorização, que internalize os custos de reprodução social e ambiental.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, argumentei que, nos moldes de um sistema capitalista, a indústria alimentar tende a adotar práticas nocivas tanto para as relações ambientais como para as relações sociais. Propus-me abordar três

problemas-chave perpetuados pelo sistema de produção e distribuição alimentar hegemónico – a desigualdade de acesso a bens, a exploração laboral e a destruição ambiental –, a partir da análise de dois casos de estudo: a Rizoma Cooperativa Integral e a AMAP Maravilha. Com o objetivo de compreender em que medida a democratização das organizações económicas facilita a mitigação de tais problemas, explorei algumas das contradições geradas pela contínua tensão entre a intenção coletiva de reproduzir valores comuns e a necessidade estrutural de produzir valor de mercado.

Uma das contradições identificadas foi o facto de, do ponto de vista de um modo de valorização predominantemente mercantil, as práticas ecológicas tenderem a implicar maiores custos de produção, o que as torna menos acessíveis a pessoas com menor poder de compra, reforçando a estratificação social com base em padrões de consumo. Não obstante, as experiências prefigurativas que analisei esboçam princípios socioeconómicos – que podem ser encapsulados na noção de “democratização económica” – capazes de mitigar os três problemas acima identificados. Este processo, que implica a criação de estruturas organizativas horizontais e a adoção de mecanismos de descentralização de poder, permite conjugar as perspetivas e interesses das várias partes – incluindo produtores e consumidores –, visando acordos mutuamente benéficos. Esta investigação fornece-nos apenas algumas pistas sobre onde procurar a resposta à questão: “Como parar de alimentar um sistema autofágico?” – por outras palavras, como ultrapassar um sistema alimentar que tende a destruir os alicerces da sua própria atividade, comprometendo a fertilidade dos solos a longo prazo através da simplificação ecológica, da aplicação regular de fitofármacos e da sobre-exploração dos solos e da água? As evidências fornecidas pelos respetivos casos de estudo sugerem que a democratização económica, consubstanciada por valores de cuidado mútuo e sustentabilidade ambiental, facilita a manutenção de circuitos alimentares realmente ecológicos, pois a participação dos consumidores previne a degeneração da produção para práticas ecologicamente destrutivas. No entanto, no contexto de um sistema capitalista, a atividade de organizações ecológicas está profundamente limitada pela necessidade de capturar valor de mercado, pressionando-as a sacrificar os seus valores basilares para conseguirem sobreviver a pressões externas. Em última instância, só uma mudança sistémica, que inclua a democratização dos meios de produção, distribuição e consumo, acompanhada do desenvolvimento de um modo de valorização em que o valor de troca esteja subjugado a valores de cuidado mútuo e sustentabilidade ambiental, parece permitir a generalização de circuitos alimentares realmente ecológicos.

BIBLIOGRAFIA

- BOGGS, Carl, 1977, “Marxism, prefigurative communism, and the problem of workers’ control”, *Radical America*, 11. Disponível em: <<https://ia801803.us.archive.org/29/items/the-anarchist-library-full-list-of-pdfs-nov-2020/carl-boggs-marxism-prefigurative-communism-and-the-problem-of-workers-control.pdf>> (última consulta em outubro de 2025).
- BRIGHTMAN, Marc, e Jerome LEWIS, 2017, “Introduction: the anthropology of sustainability: beyond development and progress”, in Marc Brightman e Jerome Lewis (orgs.), *The Anthropology of Sustainability: Beyond Development and Progress*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- COLECTIVO CRISIS, 2009, *Podemos Vivir sin Capitalismo*. Barcelona: Creative Commons. Disponível em: <<https://www.economiasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/06/PODEMOSCAST.pdf.pdf>> (última consulta em outubro de 2025).
- CONCERN WORLDWIDE & WELTHUNGERHILFE (WHH), 2023, *Global Hunger Index*. Bona e Dublin: WHH Foundation.
- DE ANGELIS, Massimo, 2017, *Omnia Sunt Communia: Principles for the Transition to Postcapitalism*. Londres: Zed Books.
- GARCIA, Alberto, 2020, *The Environmental Impacts of Agricultural Intensification, Technical Note*, 9. Roma: SPIA.
- GRAEBER, David, 2001, *Toward an Anthropological Theory of Value: The False Coin of Our Own Dreams*. Nova Iorque e Hampshire: Palgrave.
- GRAEBER, David, 2011, *Debt: The First 5,000 Years*. Nova Iorque: Melville House Publishing.
- GRAEBER, David, 2013, “It is value that brings universes into being”, *HAU – Journal of Ethnographic Theory*, 2 (3): 219-243. DOI: 10.14318/hau3.2.012.
- GRUPO KRISIS, 2017 [1999], *Manifesto contra o Trabalho*. Lisboa: Antígona.
- GUERRA, Ana Margarida, 2023, *Quinta Maravilha – Tierra, Solidaridad y Cuidado: Análisis Transdisciplinar de Un Proyecto Agroecológico*. San Cristóbal de La Laguna: Universidad de La Laguna, trabalho final de mestrado.
- HICKLE, Jason, 2017, *The Divide: Global Inequality from Conquest to Free Markets*. Nova Iorque e Londres: W.W. Norton.
- HOMS, Patricia, e Susana NAROTZKY, 2021, “Within and beyond the market system: organic food cooperatives in Catalonia”, in Valeria Siniscalchi e Krista Harper (orgs.), *Food Values in Europe*. Londres e Nova Iorque: Bloomsbury Academic.
- JAPPE, Anselm, 2013 [2003], *As Aventuras da Mercadoria: Para Uma Nova Crítica do Valor*. Lisboa: Antígona.
- JAPPE, Anselm, 2019 [2017], *A Sociedade Autofágica*. Lisboa: Antígona.
- MARX, Karl, 1976 [1867], *Capital*, vol. 1. Londres: Penguin Books.
- MATEUS, Catarina, e Luís F. OLIVAL, 2024a, “Integral cooperatives as prefigurative organizations: towards a commons-based development model”, *Journal of Entrepreneurial and Organizational Diversity*, 13 (2): 97-120. DOI: <http://dx.doi.org/10.5947/jeod.2024.010>.
- MATEUS, Catarina, e Luís F. OLIVAL, 2024b, “La recampesinación como una lucha por la autonomía: dos casos en Portugal”, *Encrucijadas – Revista Crítica de Ciencias Sociales*, 24 (2): a2412. Disponível em: <<https://recyt.fecyt.es/index.php/encrucijadas/article/view/103748>> (última consulta em outubro de 2025).

MOORE, Jason W., 2010, “Madeira, sugar, and the conquest of nature in the ‘first’ sixteenth century, part II: from regional crisis to commodity frontier, 1506-1530”, *Canadian Parliamentary Review*, 33 (1), 11-24.

MOORE, Jason W., 2015, *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. Londres e Nova Iorque: Verso.

ORTIZ, Rafael T., 2017, *La Cooperativa Integral Catalana: Una Plataforma para Una Red de Redes*. Tarragona: Universitat Rovira I Virgili, Departamento de Antropología, Filosofía y Trabajo Social, tese de doutoramento.

PATEL, Raj, e Jason W. MOORE, 2019, *A History of the World in Seven Cheap Things*. Oakland, CA: University of California Press.

PIRGMAIER, Elke, 2021, “The value of value theory for ecological economics”, *Ecological Economics*, 179 (pub): 106790. DOI: 10.1111/1468-4446.12072.

SCHILLER-MERKENS, Simone, 2022, “Prefiguring an alternative economy: Understanding prefigurative organizing and its struggles”, *Organization*, 31 (3): 458-476. DOI: 10.1177/13505084221124189.

SKEGGS, Bev, 2014, “Values beyond value? Is anything beyond the logic of capital?”, *The British Journal of Sociology*, 65: 1-20. DOI: 10.1111/1468-4446.12072.

THU, Kendall, 2009, “The centralization of food systems and political power”, *Culture and Agriculture*, 31: 13-18. DOI: 10.1111/j.1556-486X.2009.01013.x.

TSING, Anna, 2015, *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

TSING, Anna, 2017, “A threat to holocene resurgence is a threat to livability”, in Marc Brightman e Jerome Lewis (orgs.), *The Anthropology of Sustainability: Beyond Development and Progress*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 51-65.

UNEP – UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2024, *Food Waste Index Report*. Nairobi: UNEP.

WOLF, Eric, 1982, *Europe and the People without History*. Berkeley, CA; Los Angeles, CA; e Londres: University of California Press.

Receção da versão original / Original version	2023/05/16
Receção da versão revista / Revised version	2024/10/25
Receção da segunda versão revista / Second revised version	2025/06/21
Aceitação / Accepted	2025/09/14